



Câmara dos Deputados

EDUARDO BARBOSA

Deputado Federal

Movimento das Pessoas com Deficiência no Brasil Passado, Presente e Futuro

*Trabalho realizado pelo Deputado Federal Eduardo
Barbosa.*

Centro de Documentação e Informação

Coordenação Edições Câmara

Brasília – 2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
SÉRIE
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
Nº 47/2012

Apresentação

As desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiências não são produtos do mero acaso ou simples questão de destino. Na verdade, decorrem, fundamentalmente, de outras desigualdades que a sociedade foi incapaz de corrigir, inclusive perpetuando-as no curso do tempo por limitações históricas relacionadas ao preconceito e à intolerância.

Os movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência vêm a cada ano pautando com mais eficácia os interesses dos seus usuários nos diversos setores da sociedade. Num momento em que a cidadania enfrenta desafios e busca novos espaços de significação devido às mudanças pelas quais passa o mundo moderno, é importante ter o conhecimento das realidades que, no passado, definiram e, no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para esses indivíduos, cada vez mais conscientes da importância de defesa de seus legítimos interesses.

Não há como falar em equidade, igualdade e solidariedade sem respeito integral aos direitos humanos. Cumprir tal tarefa implica assumir papéis importantes para assegurar a essa população e suas famílias o acesso à saúde, reabilitação, educação e emprego.

O compromisso, porém, não deve significar um posicionamento puramente instrumental, orientado somente à obtenção de resultados eficientes, mas, antes de tudo, constituir uma afirmação das possibilidades de emancipação e felicidade da pessoa com deficiência, por meio da realização dos seus direitos e o desenvolvimento das habilidades funcionais que promoverão uma vida com mais independência e autonomia.

Eduardo Barbosa
Deputado Federal

Sumário

Breve histórico de fundação das entidades para pessoas com deficiência no Brasil – “Passado”	9
Passemos ao Presente.....	13
O movimento das pessoas com deficiência no Brasil pós CF/88 – “Futuro”	15

Breve histórico de fundação das entidades para pessoas com deficiência no Brasil

Vamos contextualizar o trabalho assim:

Passado: Do Império até a Constituição de 1988

Presente: Da Constituição de 1988 até os dias atuais

Futuro: Perspectivas e Desafios

Breve histórico de fundação das entidades para pessoas com deficiência no Brasil – “Passado”

1. As primeiras instituições especializadas surgiram no âmbito do Estado, no período do Império, e atendiam apenas pessoas cegas e surdas:

- 1854: Instituto Benjamin Constant (IBC)
- 1857: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

2. Os dois institutos se caracterizavam por:

- representavam o pioneirismo do Brasil na América Latina no atendimento a pessoas com deficiência – responsabilização do Estado;
- eram instituições de ensino;
- centralidade do atendimento no Rio de Janeiro;
- baixa oferta de vagas;
- funcionavam como internatos

3. As pessoas com deficiência intelectual não eram vistas como tal:

- 1852: começa a funcionar o Hospício Dom Pedro II onde eram internadas as pessoas alienadas (pessoas com deficiência intelectual e doentes mentais), com atendimento também público.
- 1904: agora intitulado Hospício Nacional dos Alienados, abre espaço para crianças com deficiência.

4. Na primeira metade do século XX, a presença do Estado se expande timidamente para o território nacional, ações restritas a cegos e surdos.

5. A ausência de ações do Estado estimula o surgimento de organizações da sociedade civil, com atendimento na área da saúde e da educação.

Surgem as primeiras organizações da sociedade civil para atender pessoas com deficiência intelectual.

– 1926: Instituto Pestalozzi de Canoas/RS, inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827).

– 1932: Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte

Movimento das Pestalozzi é impulsionado por Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa, que influencia o movimento até a criação da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, em 1970.

– 2012: mais de 200 sociedades Pestalozzi espalhadas pelo Brasil

– 1954: surge a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual.

– 1962: é criada a Federação Nacional das Apaes, com grande participação do Dr. Stanislaw Krynski.

– 2012: mais de 2.000 Apaes espalhadas pelo Brasil.

Pestalozzi e Apae começam a atuar com ênfase nas áreas de educação e saúde.

Os cegos começaram a desenvolver o espírito associativo desde o início do século XX

– 1954: fundado no Rio de Janeiro o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (CBEC) a primeira entidade nacional, lançando o protagonismo da própria pessoa cega na defesa dos seus direitos.

– O conselho foi criado por iniciativa de Dorina Nowill e do diretor do IBC, Dr. Rogério Vieira. O Conselho era filiado ao Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos.

– Nos anos 1960 o movimento associativista dos cegos se expandiu, muitas vezes de forma local e não institucionalizada, mas foi o embrião do debate sobre “representação nacional dos cegos”.

O surto de poliomielite registrado nos anos 1950 provocou a criação de diversas outras organizações filantrópicas, na área da reabilitação:

- 1950: AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente
- 1954: ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
- 1956: IBR – Instituto Bahiano de Reabilitação, de Salvador
- 1958: AFR – Associação Fluminense de Reabilitação, de Niterói

A reabilitação física induziu o modelo médico da deficiência, e a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas.

O eixo condutor do surgimento das organizações da sociedade civil para pessoas com deficiência, até a década de 1960, foi a ausência do Estado.

- As entidades se organizaram na perspectiva do atendimento médico (reabilitação) e educacional.
- A reabilitação induziu ao modelo médico da deficiência, desconsiderando o papel das estruturas sociais na causa da desvantagem e da desigualdade.
- A área médica era que decidia sobre o que era melhor para a pessoa com deficiência.
- As entidades atuavam de forma isolada, não se comunicavam entre si.
- A partir de 1970, a perspectiva da abertura política expandiu a atuação das entidades sem fins lucrativos, propiciando o surgimento de organizações em vários segmentos.
- A diversidade de áreas de atuação imprime um movimento de participação, fazendo com que as entidades assumam um papel menos instrumental e cada vez mais político diante da sociedade brasileira.
- A participação levou o movimento de pessoas com deficiência a convergir para a defesa da causa, seguindo o ritmo dos acontecimentos internacionais.
- Na década de 1970 foram criadas inúmeras federações nacionais de pessoas com deficiência:

- Fenasp (Pestalozzi)
- Feneis (pessoas surdas)
- Morhan (pessoas com hanseníase)
- ABPST (síndrome da Talidomida)
- Abraso (Ostomizados)
- Ama / Abra (Autistas)
- APCB (paralisados cerebrais)
- Outras

– 1979: foi criada a Coalizão Pró-Federações Nacionais de Entidades de Pessoas com Deficiência.

A Coalizão Pró-Federações realiza três encontros nacionais de entidades de pessoas com deficiência

Esses encontros foram realizados com toda sorte de dificuldade: falta de comunicação entre as entidades e a consequente dificuldade para mobilização, falta de recursos financeiros, etc.

- 1980: I Encontro Nacional em Brasília/DF
- 1981: II Encontro Nacional em Recife/PE
- 1983: III Encontro Nacional em São Bernardo do Campo/SP

1983: A Coalizão se dissolve em virtude das disputas que já haviam surgido entre as diversas áreas da deficiência.

1981: Ano internacional da pessoa com deficiência, da ONU.

- Marco importante para o movimento das pessoas com deficiência.
- O peso da ONU fez, pela primeira vez, a sociedade prestar atenção na autonomia das pessoas com deficiência.

Ainda nos anos 1980...

- Movimentos sociais populares em defesa da oferta de bens e serviços públicos (ex.: saúde, moradia, terra, etc.).
- 1986: criação da Corde, com o desafio de fazer a coordenação interministerial, entre ministérios absolutamente desinteressados na questão da pessoa com deficiência.
- 1987: Assembleia Constituinte – instalada em 1º de fevereiro, para elaborar a Constituição democrática após duas décadas de regime militar.
- O movimento das pessoas com deficiência participou ativamente do processo constituinte. Os segmentos organizados tiveram oportunidade de apresentar as suas reivindicações nas audiências públicas realizadas nas comissões.
- O movimento das pessoas com deficiência saiu vitorioso do processo nacional constituinte, quando conseguiu fazer com que a pessoa com deficiência fosse beneficiada nos diversos capítulos da Constituição de 1988, dentre outros:
 - art. 37: reserva de vagas nos concursos públicos
 - art. 203: benefício de prestação continuada
 - art. 208: educação especial
 - art. 244: acessibilidade

Passemos ao Presente...

O movimento das pessoas com deficiência no Brasil pós CF/88 – “Presente”

1990...

- A organização dos movimentos clama pela construção de uma sociedade democrática, que busca conquistar políticas públicas;
- A cidadania assume a centralidade das ideias;

Cidadania → participação civil → direitos e deveres.

- A sociedade civil atua com valores de uma sociedade política.
- As pessoas com deficiência assumem o protagonismo no movimento.
- O debate sobre autodefensoria (*self-advocacy*) ganha visibilidade.

1990...

- Instituição de espaços públicos não estatais: conselhos, fóruns, redes e articulações
- Convivência de representantes da sociedade civil com representantes do poder público → ambos entendem a necessidade de se sentarem na mesma mesa;
- Institucionalização do debate público e enfrentamento das tensões próprias das discussões de temas em que predominam interesses antagônicos.
- 1999: criação do Conade

Edição de inúmeras leis que regulamentam os artigos da Constituição de 1988, com ampla participação da sociedade civil organizada, na defesa dos direitos da pessoa com deficiência...

O Movimento das pessoas com deficiência no Brasil pós CF/88 – “Presente”

1990 / 2000...

- Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei nº 8.112/90 – reserva de até 20% vagas nos concursos públicos
- Lei nº 8.213/91 – reserva de vagas nas empresas da iniciativa privada
- Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social
- Lei nº 8.899/94 – Lei do Passe Livre interestadual
- Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

- Lei nº 10.048/00 – Lei da Prioridade
- Lei nº 10.098/90 – Lei da Acessibilidade

2000...

- Várias leis, decretos, portarias resoluções foram publicadas no decorrer dos anos 2000, regulamentando aquelas leis que surgiram em decorrência da Constituição de 1988.
- E a participação dos movimentos de pessoas com deficiência no processo de construir e normatizar as políticas públicas sempre foi crescente. Desde 2006 são realizadas as conferências nacionais.
- 2008 – Decreto Legislativo nº186 aprova a Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.

A convenção a estabelece um novo jeito de entender a deficiência, ao definir que as limitações da pessoa com deficiência são provocadas pelas barreiras encontradas no meio onde ela vive.

Com essa nova forma de entender a deficiência, a avaliação do grau de incapacidade está mudando do modelo médico para o modelo social.

Com todas essas conquistas, quais são os desafios para o movimento das pessoas com deficiência?

O Movimento das pessoas com deficiência no Brasil pós CF/88 – “Futuro”

As entidades para pessoas com deficiência estão diante de várias questões cruciais para a continuidade da sua atuação, tanto no campo político quanto em relação à gestão administrativa e financeira.

No campo político, elas enfrentam ameaças quanto à sua autonomia. E, no campo da gestão, precisam inovar nos métodos gerenciais; além de precisar garantir a sustentabilidade.

Para assegurar a sua autonomia é preciso:

- Um marco legal que crie ambiente favorável e seguro para o envolvimento dos cidadãos em causas de interesse público.
- Essas condições são necessárias para mobilizar recursos junto à própria sociedade civil e, com legitimidade e transparência, acessar recursos públicos para realizar atividades relevantes para a democracia e para o bem comum.
- Um marco legal que reconheça um conceito amplamente democrático de fim público, valorizando a existência de organizações autônomas não subordinadas em sua atuação aos limites da exigência de complementaridade em relação a políticas governamentais (essa autonomia não impede as eventuais parcerias de organizações da sociedade civil com o Estado).
- A autonomia impõe o desafio de sobreviver ao modelo de Estado que preconiza cada vez mais Estado e menos participação, em que pese a realização de conferências nacionais colocando as políticas sociais no centro do debate.

No campo da gestão

- Enquanto mediadoras entre as pessoas com deficiência e o poder público, as entidades precisarão reorganizar-se enquanto tal, num cenário de economia globalizada, com mudanças na conjuntura política em que surgem novos temas, novos problemas e novos conceitos;
- E reorganizar-se num cenário em que o perfil dos mediadores também mudou:
- Ser militante ou ter compromisso com determinada causa social já não é mais suficiente para qualificar o agente político;
- O cenário atual exige formação geral combinada com a formação específica;
- O agente precisa dominar certos conhecimentos, se formar e ser informado, para entender e conhecer o público com o qual se relaciona e para o qual a ONG concentrará os seus esforços;

- Compreender que a participação da sociedade civil na esfera pública não tem por pressuposto a substituição do Estado, e sim a luta pela qualidade na oferta dos serviços / políticas públicas e a luta por novos direitos;
- Dinamizar os seus processos para que o impacto das suas ações deem respostas rápidas às demandas que buscam atender;

Sustentabilidade

As organizações da sociedade civil, há muitos anos, existem de forma autônoma, inclusive financeira, atuando movidas pela solidariedade, de forma coletiva;

A sustentabilidade é um tema de grande relevância para as entidades e movimentos sociais, pois vincula-se às condições de existência de organizações fundamentais para a democracia;

Sustentabilidade relaciona-se diretamente às possibilidades de realização do projeto institucional pensado de dentro para fora, para incidir na consolidação da democracia, seja pela prestação de serviços ou pela defesa de direitos;

A sustentabilidade relaciona-se ao fortalecimento da identidade da organização, capaz de assegurar a existência física sem precarizar as relações profissionais internas, e a visibilidade política das organizações no curto e médio prazos;

A sustentabilidade deve ser instrumento propulsor de reflexões sobre o sentido político da existência das organizações, contribuindo para a consolidação da sua identidade e autonomia em relação ao Estado.

Por fim...

As ONGs têm o desafio de garantir o espaço de participação como estratégia do fortalecimento da sociedade civil

- O acesso a recursos públicos deve ser uma das formas de financiamento das atividades de organizações sérias e comprometidas com um modelo de sociedade democrática, justa e solidária.
- O cenário nacional impõe grandes restrições de acesso a recursos públicos: As vedações ferem a liberdade de associação, de consciência política e de cidadania.

Referências:

Secretaria de Direitos Humanos. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. 2010. Disponível no *site* www.direitoshumanos.gov.br, em 24-10-2012

Secretaria de Direitos Humanos. História do movimento políticos das pessoas com deficiência no Brasil. Depoimentos. 2010. Vídeo em DVD.

www.abong.org.br. Acessado em 23-10-2012.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Acessado na internet em 24-10-2012.

